

Relativização do feminicídio em redes sociais preocupa especialistas

O Policial Militar do Maranhão, Carlos Eduardo Nunes Pereira, é acusado de matar a própria esposa e um suposto amante dentro da própria residência, em São Luís. O caso aconteceu no sábado (25). O que chama atenção para o crime são os apoios via redes sociais ao possível feminicídio e homicídio qualificado.

[\(Meio Norte/PI, 27/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Para a Delegada Eugênia Villa, Superintendente de Gestão de Riscos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí (SSP), o policial deve ser indiciado por violência doméstica e familiar em face da mulher, que foi a primeira vítima, e homicídio qualificado em face do possível amante.

Sobre os comentários em redes sociais, Eugênia afirma que a própria defesa pode traduzir esta relativização. “O argumento do ‘agir sob violenta emoção’, muito comum nos casos de Feminicídio, vêm normalmente acompanhando de outro argumento: ‘injusta provocação da vítima’. É muito comum a Defesa se alicerçar nesses argumentos nos casos de feminicídio”, avalia.

Este tipo de argumenta endossa um paradoxo perigoso: a mulher é culpada pela própria morte? A provocação que fica é: uma traição vingada valeria mais que a vida da vítima? “A honra é atributo masculino e a injusta provocação é, necessariamente, feminina. Chegando ao absurdo de se pensar que o homem pode ser movido à cometer um crime devido à exacerbação da emoção. O comportamento da mulher passa então a ser julgado e não o crime praticado pelo autor. Ao final, pode-se chegar ao absurdo de culpabilização da mulher por seu próprio assassinato”, define Eugênia Villa.

Os comentários em redes sociais, mostrando solidariedade ao possível assassino, são um espelho de raízes patriarcais. “Reflete esse paradoxo: parâmetros sexistas que descrevem contextos de relações de poder caracterizadas pela desigualdade. Nós não temos honra, nem somos movidas pela razão, daí não ser possível para uma mulher assassinar um homem em defesa da honra por injusta provocação dele. Percebe? Os padrões são notadamente patriarcais e pertencemos a algum homem: pai, marido, etc.”, analisa a estudiosa de gênero.

O patriarcado assassino

A cultura patriarcal e aqueles que defendem o machismo terminam com as mãos sujas de sangue em casos como este. É o que explica a socióloga Marcela Castro, estudiosa das relações de gênero.

Marcela afirma que a cultura machista encontra-se bem enraizada, associada aos julgamentos morais, éticos e também às emoções. “Neste caso, os juízos de valores ganham uma dimensão significativa nas redes sociais, onde cada pessoa tem um julgamento prévio. É como se prática do PM fosse ‘correta’, quando de fato ela não é. Sabemos que a traição é um erro de quem a comete, mas não pode ser alimentada pelo ódio e justificada pelo feminicídio íntimo”, atesta.

Tornar um crime de assassinato como “justificável” é o primeiro passo de um comportamento fascista e distante dos direitos humanos. “A relativização do feminicídio é preocupante, pois alguns casos de feminicídio são vistos com maior rigor, onde a população exige punição ao feminicida, já em outros casos é como se fosse algo ‘aceitável’, naturalizado, como se a vítima tivesse que pagar pela própria vida. Isso favorece situações de impunidade. É preciso ficar claro: o feminicídio é um crime! Há vidas de mulheres em jogo”, revela.

A relação de poder falocêntrica endossa a problemática. “O machismo é uma parte disto, mas é algo que, também é alimentado por relações de poderes e por uma cultura patriarcal, que legitima relação de dominação, sobretudo a exploração sobre as mulheres”, finaliza Marcela Castro.

[Qual o impacto dos discursos machistas de políticos no combate à violência doméstica](#)

Especialistas ouvidas pelo HuffPost Brasil afirmam que apesar de não ser possível apontar uma relação direta entre retórica de representantes do Executivo e aumento da violência, é preciso atenção às políticas públicas.

[\(HuffPost, 09/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Talvez nós, homens, nos sintamos intimidados pelo crescente papel da mulher em nossa sociedade. Por conta disso, parte de nós recorre, infelizmente, à violência física ou moral para afirmar uma pretensa superioridade que não mais existe”, disse o ministro da Justiça, [Sergio Moro](#), em solenidade dos 13 anos da [Lei Maria da Penha](#), em 7 de agosto.

Em 6 de julho, em meio à crise ambiental envolvendo queimadas e desmatamento na Amazônia, o presidente [Jair Bolsonaro](#) disse que “o Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”. Foi também nesse contexto que o ex-deputado comentou a aparência da primeira-dama francesa, [Brigitte Macron, comentário reforçado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes](#).

Ao longo de 2019, [Bolsonaro também saiu em defesa do jogador de futebol Neymar](#) quando ele foi acusado de estupro e disse a jornalistas que “todo mundo gostaria de passar uma tarde com um príncipe, principalmente vocês, mulheres” ao comentar agenda com o príncipe da Arábia Saudita Mohammed bin Salman, suspeito de ordenar o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi.

Após falar que o Brasil não poderia ser um país do turismo gay, em abril, o presidente Bolsonaro também disse que “quem quiser vir aqui [no Brasil] fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”.

As declarações semelhantes também encontram espaço no Legislativo. No auge da crise do PSL, o deputado Delegado Waldir (PSL-GO) afirmou [“nós somos que nem mulher traída](#).

[Apanha, mas volta para o seu aconchego”.](#)

Elas [declarações] interferem não só no senso comum como criam uma resistência às políticas destinadas às mulheres.

Professora de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Lourdes Maria Bandeira, uma das responsáveis pela elaboração da Lei do Femicídio e integrante do consórcio que criou a Lei Maria da Penha

A alguns metros da Esplanada dos Ministérios, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, por sua vez, defendeu que não se divulgassem dados de feminicídio na região. A unidade da Federação passa por uma alta nesse tipo de crime. Em 2019, foram registrados 31 casos na capital, de acordo com o [G1](#), recorde desde 2015, ano em que a Lei do Femicídio foi sancionada.

O cenário de [violência contra mulher](#) no Brasil é de superlativos. Segundo o Atlas da Violência de 2019, 4.963 brasileiras foram mortas em 2017, considerado o maior registro em dez anos.

A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%. Entre 2012 e 2017, aumentou 28,7% o número de assassinatos de mulheres na própria residência por arma de fogo.

Já as estimativas de casos de estupro no Brasil variam entre 300 mil a 500 mil casos por ano, devido à subnotificação. Em 2018, segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, País atingiu o recorde de registros. Foram 66 mil vítimas, o equivalente a 180 por dia — maior número deste tipo de crime desde que o relatório começou a ser feito, em 2007.

Na avaliação de especialistas em violência doméstica e contra a mulher ouvidas pelo HuffPost Brasil, devido ao amplo alcance, discursos como estas de representantes do Executivo e do Legislativo são, têm um impacto simbólico que dificulta a concretização de mudanças necessárias na sociedade brasileira para combater esse tipo de violação.

“Essas declarações são super sexistas porque estão vinculadas a uma sociedade profundamente patriarcal e racista e elas interferem não só no senso comum como criam uma resistência às políticas destinadas às mulheres. Cria uma resistência ao combate à violência contra as mulheres. Cria uma resistência à credibilidade das mulheres, às denúncias quando elas vão numa delegacia”, afirma a professora de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Lourdes Maria Bandeira, uma das responsáveis pela elaboração da Lei do Femicídio e integrante do consórcio que criou a Lei Maria da Penha.

A especialista também critica a minimização desse tipo de conduta. “O uso desse discurso, mesmo que do ponto de vista da brincadeiras, de querer ser lúdico, é um desserviço às mulheres brasileiras”, aponta.

É importante a gente perceber isso como um sintoma e não necessariamente uma causa [da violência]. Essas pessoas representam uma mentalidade muito comum e poderosa.

Beatriz Accioly, antropóloga e pesquisadora especializada em estudos de gênero e violência contra mulheres da USP (Universidade de São Paulo)

Para Beatriz Accioly, antropóloga e pesquisadora especializada em estudos de gênero e violência contra mulheres da USP (Universidade de São Paulo), as falas reproduzem o pensamento de grande parte da população e indicam a necessidade de “continuar trabalhando pela criação e efetivação de políticas públicas e pela mudança de mentalidade, do reconhecimento de quão inaceitáveis são essas circunstâncias”.

“É importante a gente perceber isso como um sintoma e não necessariamente uma causa [da violência]. Essas pessoas representam uma mentalidade muito comum e poderosa”, diz.

A pesquisadora também entende como prejudicial não haver uma separação por parte desses políticos do uso pessoal para a representação institucional.

“O comportamento dessas lideranças nas redes sociais é um exemplo disso, de não separar o que é opinião pessoal numa rede pessoal privada para conversar com pessoas que você conhece de ser um chefe de Estado e lidar com redes sociais como alguém investido num cargo público para dizer opiniões e não argumentos.”

Foi justamente nas redes sociais que Bolsonaro falou sobre Brigitte Macron. Em agosto, um seguidor fez um comentário em uma publicação de Bolsonaro utilizando uma montagem em que Michelle Bolsonaro e Brigitte Macron são comparadas: “Entende agora porque Macron persegue Bolsonaro?”, dizia texto da imagem.

O seguidor postou a imagem com a frase nos comentários escrevendo “é inveja presidente do Macron, pode crê”. O ex-deputado respondeu, dizendo “não humilha cara. Kkkkkkk”, dando a entender que valida a sugestão de que a beleza de Michelle seria o motivo pelo qual o Macron o “persequiria” durante a cúpula do G7, evento que acontecia à época.

Mesmo após o início da repercussão negativa do episódio, Bolsonaro declarou que não iria se desculpar com a primeira-dama da França pois não havia a ofendido. Mas logo depois o comentário foi deletado das redes sociais.

Heloisa Buarque de Almeida, professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pondera que discursos como este não são uma surpresa e que o efeitos de declarações como estas são muito complexos na prática.

Bolsonaro se elegeu apesar de já ter um discurso que poderia ser classificado como misógino, ou seja, de ódio às mulheres, há muito tempo.

Heloisa Buarque de Almeida, professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

“Bolsonaro se elegeu apesar de já ter um discurso que poderia ser classificado como misógino, ou seja, de ódio às mulheres, há muito tempo”, diz, ao citar episódios anteriores do mandatário como quando disse que a deputada Maria do Rosário não “merecia ser estuprada” ou quando disse que teve quatro filhos e “deu uma fraquejada” na quinta e nasceu uma menina. “Então

cabe lembrar que ele expressa uma misoginia, ou um machismo, que é socialmente aceita.”

A antropóloga afirma que, com a chegada de Bolsonaro à presidência, estes discursos ganham uma força simbólica. “É muito grave que o governante seja orgulhoso de sua ignorância e de sua brutalidade, e o que é certo é que suas políticas podem ter efeitos bem piores – como por exemplo, a liberação de posse de armas certamente deve aumentar os casos de feminicídio, assim como outros tipos de violência”, aponta.

Após Bolsonaro editar, neste ano, oito decretos que ampliam o porte e a posse de armas de fogo, [Thaylize Rodrigues Orsi](#), representante do Ministério da Justiça afirmou em audiência pública na Comissão da Mulher na Câmara realizada em outubro deste ano, [que não há evidências de que a liberação de armas aumente a violência contra mulheres](#).

Porém, o [Mapa da Violência 2016](#) mostra que o Estatuto do Desarmamento foi responsável por poupar 160.036 vidas desde 2003. Entre 1993 e 2003 os homicídios com arma de fogo cresceram 7,8% ao ano, até atingir 36.115 mortes. Seguindo esta progressão, em 2012, o número deveria ser de 71.118 vítimas fatais de disparos, mas foram registradas 40.077 mortes.

“O maior problema é que legitimar frases misóginas reforça a brutal desigualdade de gênero. Não conseguimos saber se isso ‘impacta’ diretamente na violência contra mulher, pois é bem difícil medir aumento de violência e quais as suas causas – a violência sempre tem muitas causas”, lembra a antropóloga, ao citar que a violência institucional têm se agravado no governo.

“Embora caiba lembrar que ela não é uma novidade, mas infelizmente um padrão que se relaciona a desigualdade social e de direitos”, aponta.

No entendimento das especialistas, apesar de não ser possível apontar uma relação direta entre as falas e mudanças nas políticas públicas, é preciso atenção às ações do Executivo. “O que me parece que mais impacta na desigualdade e violência de gênero – contra mulheres, mas também contra pessoas LGBT – é também o desmonte de políticas sociais e preventivas. A Secretaria Especial para Mulheres perdeu seu papel, ao virar parte de uma suposta política de Direitos Humanos que, na verdade, não defende os direitos humanos”, aponta Heloisa Buarque de Almeida.

Rosane Borges, doutora em Comunicação e Linguagem pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e estudiosa sobre questões raciais, concorda que, quando gestores públicos têm esse tipo de postura, eles “sancionam pelo discurso práticas violentas já existentes na sociedade”.

“A reafirmação dessas visões, que são preconceituosas e estereotipadas, funcionam como se fossem pura nitroglicerina”, diz Borges. “E as ações violentas precisam ter alguma rubrica institucional discursiva. É por isso que a gente tem que tomar muito cuidado com o que a gente diz sobre o outro.”

Para a professora da USP, a imprensa tem um fator fundamental quando divulga estas falas não só ao noticiar, mas ao localizar o que ela significa por meio de dados e contexto.

“Embora o que ela [imprensa] tenha que divulgar o que eles dizem, é preciso também que forme a opinião pública. Então, é fundamental que ela traga outras vezes, demonstre por meio de indicadores e de números como o feminicídio é um derivado também de práticas

discursivas, porque contrabalancear esses discursos institucionais é um papel fundamental da imprensa”, aponta.

Por Andréa Martinelli e Marcella Fernandes

Lei Maria da Penha, 13 anos: direito de viver sem violência, por Maria Noel Vaeza

Apesar dos avanços, feminicídio cresce e preocupa

Quando uma mulher é agredida, a sociedade é agredida. Esta é uma consciência em construção no mundo e mobiliza a energia de mulheres e homens há gerações, fazendo avançar leis, políticas, recursos e serviços especializados para o fim da violência contra as mulheres.

(Folha de S.Paulo, 07/08/2019 - acesse no site de origem)

No Brasil, há 13 anos a Lei Maria da Penha é amparo legal para [salvar incontáveis vidas de mulheres no ambiente doméstico e familiar](#), embora milhares tenham sido vítimas fatais do machismo.

Desde os anos 1980, o Brasil tem avançado na criação de mecanismos, normas e serviços especializados. Dessa forma, o Estado brasileiro cumpre seus compromissos internacionais com os direitos humanos das mulheres, como a Convenção Belém do Pará, que completa 25 anos em 2019. A Lei Maria da Penha é um exemplo disso e fruto do trabalho conjunto entre poder público e movimento de mulheres.

Nesse período, debates sobre violência se popularizaram e temas foram revelados, tais como [feminicídio](#), assédio sexual e violência contra as mulheres em espaços públicos. Vozes plurais das mulheres sobre dores e superações romperam silenciamentos. Transparência de dados, visibilidade de casos, campanhas e mobilizações on-line abriram os olhos de milhões de pessoas, despertando atenção aos primeiros sinais da violência.

Contudo, é [crescente o número de mulheres assassinadas](#). Segundo o Atlas da Violência de 2019, 4.963 brasileiras foram mortas em 2017: maior registro em dez anos. A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%. Entre 2012 e 2017, aumentou 28,7% o número de assassinatos de mulheres na própria residência por arma de fogo. Esta realidade é um novo chamado à ação para aprimorar a prevenção da violência contra as mulheres num horizonte de impedir agressões, torturas e feminicídios.

A América Latina e o Caribe têm altos índices de violência e letalidade de mulheres e meninas. [No Brasil, ocorrem quase metade das mortes na região](#). Resolver este problema é agir para a implementação adequada da Lei Maria da Penha por meio de políticas públicas que contemplem a diversidade das mulheres, orçamento à altura, mecanismos de gestão e

monitoramento eficazes, dados estatísticos confiáveis, recursos humanos especializados capacitados e serviços de apoio às mulheres em plena operação até os rincões.

A conta é simples: se a violência aumenta, mais investimentos são necessários para a proteção social, tais como prevenção, acolhimento, justiça e reparação, conforme as recomendações da 63ª Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres, ocorrida neste ano.

Um ponto de partida é avaliar como as mulheres da periferia, rurais e comunidades tradicionais acessam a Lei Maria da Penha. É preciso saber quais são e como agem os elementos que fazem com que a violência ocorra mais cedo e perdure nos relacionamentos. É conhecer as vulnerabilidades das mulheres negras, indígenas, jovens, idosas, deficientes, lésbicas, bissexuais, [trans, entre outras](#), e as ameaças concretas à condição e à liberdade delas como sujeitas de direitos.

Estes 13 anos oportunizam análises maduras. Desde o início, a Lei Maria da Penha estimula novos modos de agir do poder público, respostas integradas, continuidade de investimentos e diálogo com a qualificada colaboração dos movimentos de mulheres ao tema, acumulada há mais de 40 anos.

Viver sem violência é direito de mulheres e meninas. É base para o desenvolvimento e a sustentabilidade. É ação para o presente e o futuro de igualdade em que as mulheres e meninas acessem seus direitos sem que nenhuma delas fique para trás.

Por Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe

Femicídio: uma inaceitável epidemia brasileira

Todo dia pelo menos 13 mulheres morrem vítimas de violência no país

(Rede Brasil Atual, 27/02/2019 - acesse no site de origem)

No último fim de semana, mais um caso de violência contra a mulher chocou o país. A paisagista Elaine Caparróz, de 55 anos, foi espancada durante quatro horas, em seu próprio apartamento, no Rio de Janeiro, após um jantar. Ela e o agressor, Vinícius Batista Serra, de 27 anos, se conheciam há pelo menos oito meses, a partir de contatos nas redes sociais. “Ele não falava, ele só gritava e me xingava, e me dava vários murros. Eu tentava me defender, mas eu sentia os murros me acertando. A cada murro que ele me dava, eu pensava que ia morrer”, declarou a vítima, em entrevista ao jornal O Globo, do hospital onde ainda permanecia internada até a sexta-feira (22), com inúmeras escoriações no corpo e fraturas na face.

O caso de Elaine Caparróz, registrado como tentativa de feminicídio, felizmente não resultou em sua morte, mas ilustra um quadro epidêmico do assassinato sistemático de mulheres no país, em um claro contexto de desigualdade de gênero. Um levantamento recente aponta que 107 casos de feminicídio foram registrados já este ano no Brasil, contando apenas as primeiras

três semanas do mês de janeiro. O estudo foi feito pelo professor Jefferson Nascimento, doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP), com base no noticiário nacional, e divulgado na imprensa. Dados da pesquisa mostram que 68 casos foram consumados, resultando em assassinato, e outros 39 foram configurados como tentativas de feminicídio. Há registros de ocorrências em pelo menos 94 cidades, em 21 estados. Mais da metade dos episódios (55%) ocorreram no fim de semana, entre sexta-feira e domingo.

Outro dado alarmante: o Mapa da Violência de 2015, publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), revelou que cerca de 13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil. Segundo o estudo, 50,3% das mortes violentas são cometidas por familiares e 33,2% por parceiros ou ex-parceiros. Desde 2015, o feminicídio, assassinato de mulheres em decorrência de questões de gênero, é tipificado como crime hediondo no país, com penas que podem variar de 12 a 30 anos de prisão. Também do ponto de vista legal, a Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, durante o governo do ex-presidente Lula, é considerada um marco importante no enfrentamento da violência contra a mulher. Mesmo com esse quadro normativo mais favorável, as estatísticas continuam deixando o Brasil entre os países mais violentos para as mulheres no mundo. Só em 2017 foram registrados 2.795 feminicídios no continente, de acordo com um relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Em termos absolutos, o Brasil lidera esta terrível lista, com 1.133 vítimas confirmadas, o que representa mais de 40% do total.

A explicação para essa violência estrutural contra as mulheres brasileiras está na formação social do país, explica a advogada criminalista Clarissa Nunes, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD). “Somos um país que não trabalha sua memória, por isso a gente tende a ignorar como se deu a formação da mulher na sociedade brasileira. Falamos de mulheres que foram escravizadas, estupradas e tratadas como mercadoria durante muito tempo. E, por não trabalharmos nossa história, ela se repete tragicamente. A cultura de violência contra as mulheres é enraizada principalmente na questão econômica. Mulheres que até há pouco tempo eram escravizadas e hoje desempenham trabalhos informais na sociedade”, argumenta.

Segundo ela, a autonomia financeira das mulheres ainda é muito restrita no Brasil, principalmente entre as mulheres negras, o que as coloca em um patamar de vulnerabilidade ainda maior. “Não à toa os dados mais recentes no Brasil demonstram que o índice de violência contra mulheres brancas diminuiu, enquanto o índice de violência de mulheres negras aumentou. A crise política e econômica que o Brasil vive atingiu (e ainda atinge) primeiro as mulheres. Elas seguem perdendo empregos, entrando no trabalho informal. Com isso, as mulheres vão cada vez perdendo mais sua autonomia e por isso acabam se mantendo em relações abusivas, que podem resultar no feminicídio”, explica Clarissa.

Sobre a efetividade da legislação no país, como a Lei Maria da Penha, a advogada explica que faltam métodos que garantam a aplicação de medidas protetivas. “Tanto da aplicação, quanto agilizar a decisão na Justiça. Muitas vezes há pedido de medida protetiva, mas a Justiça demorou demais para conceder a medida e aí a mulher já apanhou novamente - ou pior, já morreu”, aponta. Clarissa Nunes reforça também que são necessárias medidas de mais longo prazo, que ajudem a transformar a cultura de violência contra a mulher ainda existente no país e no mundo. “As crianças precisam ser educadas entendendo a formação social do Brasil. É necessário falar sobre gênero na escola, tanto para as meninas se compreenderem enquanto sujeitas da sua vida, quanto para os meninos entenderem que mulher não é objeto, não é inferior e nem é recipiente para se despejar ódio e desprezo”, acrescenta.

Casos de feminicídio põem em alerta governo e organizações civis

Em 2019, pelo menos 126 mulheres foram mortas no Brasil

(Agência Brasil, 26/02/2019 - acesse no site de origem)

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, disse que está entre as prioridades da pasta a implantação de políticas de proteção e defesa dos direitos da mulher. “Não pouparemos esforços no enfrentamento da discriminação e da violência contra as mulheres, sobretudo o feminicídio e o assédio sexual”, afirmou a ministra na sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

O aumento dos casos de feminicídio no país está no horizonte não só do governo federal, mas de organismos internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). No início deste mês, a comissão destacou que em 2019 ao menos 126 mulheres foram mortas no Brasil. Também foram registradas 67 tentativas de feminicídio - assassinato de mulher, em razão de sua condição de gênero.

Conforme levantamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), a cada dez feminicídios cometidos em 23 países da América Latina e Caribe em 2017, quatro ocorreram no Brasil. Naquele ano, ao menos 2.795 mulheres foram assassinadas na região. Desse total, 1.133 foram no Brasil.

Já o [Atlas da Violência 2018](#), feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou uma possível relação entre machismo e racismo, assinalando que a taxa de assassinatos que vitimaram mulheres negras cresceu 15,4% na década encerrada em 2016. Ao todo, a média nacional, no período, foi de 4,5 assassinatos a cada 100 mil mulheres, sendo que a de mulheres negras foi de 5,3 e a de mulheres não negras foi de 3,1.

Nadine Gasman, que representa, no Brasil, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), disse que a educação é o instrumento capaz de reduzir conflitos e promover igualdade. “O reconhecimento das relações de poder entre homens e mulheres nos permite entender, por exemplo, por que as mulheres estão, ao mesmo tempo, estudando e trabalhando mais e ganhando menos. É um problema estrutural”, afirmou.

Legislação

A procuradora aposentada e advogada criminal Luiza Eluf, que já escreveu dois livros recontando casos reais envolvendo o assassinato ou a violência sexual cometida contra mulheres, participou de debates para elaboração da Lei do Feminicídio. Desde a sanção da Lei

nº 13.104/2015, o feminicídio é classificado como crime hediondo.

“O crime de feminicídio tinha que ser tipificado para dizer por que a mulher está morrendo. Seguros de automóvel têm desconto para mulheres porque elas não morrem na direção. Elas morrem na casa delas, morrem namorando, no momento em que se separam do sujeito ou quando ele acha que ela está saindo com outro homem”, argumentou.

Para a advogada, o brasileiro tem a convicção de que a mulher é uma coisa que lhe pertence. “Temos que tornar visível essa calamidade. Agora estamos dando um nome, aumentando a pena para homens que matam mulheres por questões de gênero. Além de coibir, é explicativo da conduta. Matou? Matou por quê? Porque ele, no lugar de homem, se acha dono da vida e da morte da mulher”, afirmou.

Segundo Luiza, apesar de a impunidade de agressores ainda perdurar, existe no país uma forte reação à violência contra a mulher. “A gente vê que existe uma reação muito grande contra o espancamento e a morte de mulheres. Não chegamos ao ponto correto, porque ainda existe o fato, existe gente que ainda pratica isso, mas a forma como os fatos estão sendo tratados pela mídia e pela Justiça mostra uma evolução”, ponderou.

A advogada considera que, atualmente, a sociedade tolera menos esse tipo de crime do que ao final da década de 1970. “Hoje, um homem que comete feminicídio é condenado. Até a década de 70, eles eram quase todos absolvidos, porque havia um sentimento social de que o homem mandava na mulher e podia fazer qualquer coisa com ela”, disse.

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado em março do ano passado, mostrou o volume de processos que têm como pano de fundo o feminicídio. Em 2017, 2.795 ações pediam a condenação de um agressor enquadrado nessa modalidade, em uma proporção de oito casos novos por dia, ou uma taxa de 2,7 casos a cada 100 mil mulheres. Em 2016, haviam sido abertos 2.904 novos casos com o mesmo perfil.

Edição: Carolina Pimentel e Luiza Damé

Estupro e morte de motorista de Goiás teria motivação homofóbica, diz amiga

(Universa, 23/01/2019 - acesse no site de origem)

A morte da técnica de enfermagem e motorista Vanusa da Cunha Ferreira, 36, após ter desaparecido no sábado (19), em Aparecida de Goiânia (GO), teria relação com homofobia, segundo a técnica de enfermagem Greyce Martins, amiga da vítima. Vanusa tinha um relacionamento com outra mulher há três anos e fazia “bicos” dirigindo: queria economizar R\$ 10 mil e construir uma casa para morar com a companheira. O empresário artístico Parsilon Lopes dos Santos, 45, confessou nesta quarta-feira (23) os crimes de tentativa de estupro, homicídio, vilipêndio a cadáver e ocultação do corpo, e está preso na Delegacia de

Investigações Criminais.

Na noite em que desapareceu, Vanusa teria sido chamada pelo suspeito para fazer uma corrida por fora do aplicativo — segundo Greyce, há cerca de três meses eles costumavam fazer esse tipo de combinado. O corpo da motorista foi encontrado na tarde de domingo (20), perto de um motel no Jardim Copacabana, em Goiânia, com sinais de traumatismo craniano. A delegada Mayana Rezende disse à Universa que o suspeito confessou ter tentado estuprar a vítima. “Ao ouvi-la dizer que não se relacionava com homens, a jogou para fora do carro e bateu sua cabeça mais de uma vez contra o meio-fio. Quando percebeu que Vanusa estava sem vida, tirou sua roupa e praticou atos libidinosos com o cadáver, pouco antes de escondê-lo”.

Greyce, que trabalhava com Vanusa no Hugol (Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira), disse à Universa que a amiga vivia um relacionamento com a corretora de imóveis Juliana Pereira, 40, há mais de três anos. “Ele (o agressor) conhecia Vanusa e sabia que ela tinha uma companheira. Mesmo assim, tentou agarrá-la. Quando viu que minha amiga não ia ceder, justamente por ser homossexual, decidiu matá-la”, acredita Greyce. Para a delegada, no entanto, isso não configura homofobia. “Ele sentiu raiva porque ela não cedeu a ele e cometeu o crime, não porque ela era homossexual”, defende.

Vítima queria construir casa para morar com companheira

Segundo Greyce, Vanusa trabalhava como motorista para complementar a renda de técnica de enfermagem e economizar cerca de R\$ 10 mil — que seriam destinados a construir uma casa em que ela pretendia morar com a companheira, na cidade de Caldas Novas (GO), onde elas tinham parentes, e ajudar a pagar a faculdade da filha, Jaqueline, de 18 anos.

“A Juliana está muito fragilizada. Vanusa estava perto de bater a meta e já pensava em parar [de fazer corridas]. Os amigos e a família ficavam preocupados de ela sair à noite, mas ela não tinha medo”, conta a amiga da vítima.

A expectativa é a de que o inquérito policial seja concluído em dez dias — após a emissão do laudo pelo Instituto Médico Legal. Segundo a Polícia Civil, não há um advogado acompanhando o suspeito, que teria se apresentado sozinho para confessar o crime. Nem mesmo familiares de Santos teriam aparecido na delegacia.

Caso seja condenado, Santos poderá ficar preso por 40 anos, pelos crimes de tentativa de estupro, homicídio, vilipêndio a cadáver e ocultação do corpo. O suspeito tem outras cinco passagens pela polícia por crimes como ameaça, injúria e danos - todos praticados contra mulheres.

Mariana Gonzalez

Minas Gerais julgou 19% dos casos de

feminicídio em tramitação

Total de acusados considerados culpados por feminicídio no ano passado foi inferior ao de 2017. Tribunal julgou 48 ações, 19,4% do estoque de processos em tramitação

(Estado de Minas, 22/01/2019 - acesso no site de origem)

A violência doméstica vem aumentando a cada ano no estado. No caminho inverso, as condenações de autores de feminicídios apresentaram queda em 2018. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) julgou 48 ações penais contra réus acusados de assassinar mulheres nos últimos 12 meses, o equivalente a 19,4% do total do acervo de casos em tramitação. No ano passado, 21 pessoas acabaram condenadas por matar as vítimas por menosprezo pela condição feminina, discriminação ou por violência doméstica. O número foi inferior ao de 2017, quando 29 autores receberam sentenças condenatórias. Ontem, mais um agressor sentou no banco dos réus. Flávio Santos da Silva, de 37 anos, o Buldog, foi ouvido na audiência de instrução do assassinato da ex-companheira, a advogada Monalisa Camila da Silva, de 36, morta a facadas dentro de uma casa no Bairro Betânia, na Região Oeste de Belo Horizonte. Durante a audiência, parentes da vítima fizeram manifestação silenciosa em frente ao Fórum Lafayette. Eles temem que ele seja solto e cumpra ameaças contra a família feitas pela internet.

De acordo com dados do TJMG, em 2018 foram julgadas 48 ações penais por feminicídio, que resultaram em 21 condenações por esse crime. Outros 27 réus receberam “outras sentenças”, o que, segundo a assessoria de imprensa do órgão, significa que podem ter sido condenados por outro crime - como agressão - ou absolvidos. O número é inferior ao de 2017, quando, das 45 ações julgadas, 29 resultaram em condenações por feminicídio e 16 em outras sentenças. Já em 2016, houve 17 condenações. Vale lembrar que os crimes julgados podem não ter ocorrido no ano em que foram julgados.

Apesar das condenações, ainda há um grande número de casos à espera de julgamento. O acervo de ações penais por feminicídio em 2018 somava 247. Entraves jurídicos podem explicar a demora para os juízes decidirem sobre os casos. “Se o réu estiver preso durante o processo, costuma ser julgado mais rapidamente. Muitas vezes, a demora se deve ao número de recursos que são impetrados pelo réu ou até mesmo o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Por isso, alguns casos ficam travados”, explicou a juíza Luziene Barbosa Lima, da 6ª Vara Criminal do TJMG, que está respondendo pelas varas de violência doméstica no início deste ano.

O caso da morte advogada Monalisa começou a ser analisado pela Justiça ontem, quase seis meses depois do crime. A sessão teve início por volta das 13h30 no 1º Tribunal do Júri, no Fórum Lafayette. Ao todo, segundo a assessoria de imprensa, foram ouvidos cinco testemunhas de defesa. Todas elas são familiares da vítima. Eles afirmaram que o réu sempre foi um pouco agressivo, mas a situação piorou no final do relacionamento, o que levou Monalisa a pedir medida protetiva. Isso teria deixado o ex-companheiro ainda mais irritado. Depois das testemunhas, foi a vez do réu ser ouvido. De acordo com a assessoria de imprensa do Fórum Lafayette, ele confessou o crime. Disse que desferiu facadas na vítima e que depois tentou tirar a própria vida. Mas acabou preso antes de se matar. A audiência foi finalizada por volta das 15h40. Agora, o Ministério Público e os advogados das partes têm 48 horas para se pronunciar.

SILÊNCIO Familiares e amigos da advogada promoveram um protesto silencioso na porta do Fórum Lafayette. Eles temem que, por ser réu primário e ter residência fixa, Buldog possa ser solto para responder ao processo em liberdade e termine cumprindo as ameaças feitas via redes sociais à ex-sogra e ex-cunhados. De acordo com parentes de Monalisa, o acusado os ameaçou de morte por acreditar que eles seriam os responsáveis pela separação. Irmão da vítima, Ítalo Rafael da Silva, mecânico de refrigeração, disse ontem que Flávio era muito agressivo com a irmã e ameaçava a mãe deles, Ana Maria da Silva. O réu já teria entrado na residência dela e quebrado as cabeças de imagens de santos que a mulher mantinha em um pequeno altar.

Ítalo disse que a crueldade com que Flávio cometeu o feminicídio foi tanta que ele chegou a trancar duas portas de acesso ao local do assassinato para “retardar um possível socorro à vítima”. A mulher foi encontrada caída no chão, atrás de uma mesa do escritório, com o rosto coberto com uma blusa. Ela estava com um corte profundo no pescoço e apresentava sinais vitais. Monalisa foi socorrida para a Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) Oeste, mas não resistiu aos ferimentos. Na casa, foram encontrados dois bilhetes escritos pelo ex-companheiro da vítima. O material foi apreendido e encaminhado para a delegacia.

Ainda segundo o irmão de Monalisa, o filho do casal, de 15, foi quem acionou a polícia e também recebeu ameaças do pai. “Ele está em estado de choque e não consegue falar sobre o fato.” Monalisa tinha medida protetiva concedida pela Justiça, “mas como ele (o réu) não trabalhava nem tinha uma profissão, minha irmã o estava ajudando, financiando um curso para que conseguisse uma colocação”. Foi a maneira que Flávio, acredita a família, encontrou para se aproximar da ex.

Depois de cometer o crime, o autor chamou a polícia e foi encontrado ferido. De acordo com a ocorrência, ele mesmo se feriu no tórax e foi encaminhado à UPA Oeste. Os ferimentos eram leves.

OBJETIVOS Colocar fim aos ciclos de violência doméstica. Essa é uma tarefa difícil na vida das vítimas, mas essencial para evitar os feminicídios. Esse é um dos objetivos do programa Mediação de Conflitos, da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp). Em 2018, foram 16 mil atendimentos, a maioria relacionada a casos de violência doméstica e intrafamiliar - de todo o público atendido, 70% são mulheres. No encontro são esclarecidos direitos, há mediação de conflitos e até ajuda na busca pela proteção da mulher que relata risco à vida.

O programa Mediação de Conflitos está presente em 33 Centros de Prevenção à Criminalidade de Minas. Dentre os casos recebidos no ano passado que envolvem violência, 48% eram relativos às violências domésticas e intrafamiliar contra a mulher.

Elian Guimarães e João Henrique do Vale

[Em apenas três semanas, mais de cem](#)

feminicídios ou tentativas do crime são registrados no país

Sessenta e oito casos terminaram em morte; a maioria dos episódios ocorre no fim de semana

[\(O Globo, 22/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO — Sexta-feira, São Fernando, oeste do Rio Grande do Norte. Danielle Medeiros, de 32 anos, leva de seu companheiro um tiro na cabeça. Após o crime, ele enrola o corpo da mulher em um lençol e a enterra numa cova rasa no quintal da casa onde moravam. No dia seguinte, deixa os filhos, de 5 e 12 anos, na casa da avó e sai para jogar futebol com os amigos. À noite, questionado sobre o sumiço de Danielle, confessa o assassinato.

O crime no interior potiguar é um entre os 107 casos de feminicídio registrados desde o início do ano. São, em média, cinco ocorrências por dia. Sessenta e oito terminaram em morte; as outras 39 foram tentativas. É uma tragédia nacional — há episódios conhecidos em 94 cidades, distribuídas em 21 estados.

O levantamento é assinado por Jefferson Nascimento, doutor em Direito Internacional pela USP, com base no noticiário nacional. É possível, portanto, que o problema seja muito mais comum. Mas a crueldade empregada contra as vítimas está presente em todos os casos.

— A violência é tamanha que se tem a impressão de que, para o agressor, a vítima não é um ser humano — afirma Nascimento. — A mulher é vista como um componente social que pode ser descartado por qualquer razão fútil. Aí vemos um homem que afogou a companheira no vaso sanitário, outro que matou a golpes de machado, um terceiro que baleou e foi jogar futebol.

Segundo levantamento feito pelo GLOBO com base nos dados compilados por Nascimento, mais da metade dos episódios (55%) ocorreram entre sexta-feira e domingo, enquanto os demais foram registrados de segunda a quinta-feira. Uma hipótese aventada pelo especialista é a de que casais separados têm mais contato no fim de semana, por causa de seus filhos ou por encontrarem amigos em comum.

Golpe à masculinidade

Para Bila Sorj, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, o elevado índice de homicídios atenta contra a “masculinidade tradicional”.

— Nas últimas décadas, os homens não se transformaram na mesma proporção que as mulheres. Há uma diferença cada vez maior na forma como eles e elas pensam o mundo — explica. — As mulheres ganharam autonomia para fazer suas próprias escolhas e valorizar sua individualidade. Querem que o casamento seja uma relação negociada, e não a palavra final do marido. O feminicídio é resultado da incapacidade dos homens de aceitar uma nova cultura.

O assassinato, diz Sorj, não costuma ser o primeiro conflito agressivo de um casal. Trata-se da etapa final de um ciclo de violência que não foi interrompido mesmo após a sanção, em 2006, da Lei Maria da Penha. A socióloga avalia que, com o texto, as mulheres deixaram de aceitar passivamente os confrontos — muitas pedem ações protetivas contra seus companheiros.

No entanto, Jolúzia Batista, assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), indica que há cada vez menos ligações entre a legislação e a realidade. Prova disso é o gradual desmantelamento do projeto Casa da Mulher Brasileira, criado em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff. O programa, que disponibiliza serviços como apoio psicossocial, contato com órgãos judiciais e cuidado das crianças, sofreu cortes orçamentários no governo de Michel Temer.

— Alguns estados nem sequer tiveram o programa; em outros, essas casas estão fechadas ou em uma situação muito precária — descreve Batista. — Eram centros que ajudavam as mulheres a deixar o local em que sofriam violência e a ter uma renda econômica para que seu sustento não dependesse de um agressor.

Jolúzia Batista diz acreditar que as mulheres, mesmo conscientes sobre sua vulnerabilidade ao feminicídio, ainda têm dificuldades de transmitir a sensação de perigo.

— Há muitos equívocos no atendimento às vítimas nas delegacias. Alguns inspetores e delegados recusam-se a registrar boletins de ocorrência por considerar que os relatos não têm importância — acusa. — Ignoram que o feminicídio é um crime hediondo, definindo-o apenas como um assunto passional que deve ser resolvido pela família.

Para a especialista do Cfemea, a sociedade parece cada vez mais disposta a ouvir discursos conservadores, onde as mulheres são vistas como pessoas que não se comportam nem buscam reconciliação com o companheiro.

O decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro que flexibiliza as regras para o posse de armas também preocupa as analistas.

— É uma medida de restauração do poder patriarcal. As mulheres não vão comprar armas para defender seus filhos, elas não serão as clientes da indústria armamentista. É uma forma de facilitar o feminicídio — destaca Sorj.

— As pesquisas mostram que as mulheres são as maiores vítimas de mortes por arma dentro de casa — acrescenta Batista. — Há 1.000% de chances de termos mais casos de violência.

Pedro Capetti; Renato Grandelle*
(*estagiário, sob supervisão de Eduardo Graça)

Em dois anos, processos por feminicídio crescem 51% em 13 estados do Brasil

Levantamento feito pelo GLOBO identificou que alguns tribunais têm dificuldade em contabilizar esses casos

[\(O Globo, 15/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Histórias de mortes de mulheres em decorrência da violência doméstica e familiar ou por discriminação ao gênero têm sido cada vez mais frequentes no país. Entre 2016, um ano após a promulgação da Lei do Femicídio pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT), e 2018, o número de processos abertos baseados nessa tipificação aumentou 51%.

e comparado a 2017, o crescimento chega a quase 10%. O levantamento do GLOBO leva em consideração os dados repassados por 13 dos 27 tribunais de Justiça do país envolvendo casos de feminicídio tentado e consumado.

Em março de 2015, o assassinato de mulheres nessas condições passou a ser crime hediondo, com pena de 12 a 30 anos — em um homicídio, é de 6 a 20 anos. Por se tratar de previsão recente, alguns tribunais admitem dificuldades em contabilizar esses casos, devido a problemas em sistemas de banco de dados e estatísticas. A falta de padrão na compilação das informações, na opinião de especialistas, acaba se refletindo negativamente no desenho de políticas públicas.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por exemplo, informou que precisaria de 20 dias para levantar os dados solicitados. O Tribunal de Justiça do Ceará, por sua vez, disse que, por se tratar de exigência recente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a previsão é que os dados estejam disponíveis apenas em fevereiro.

A constatação de subnotificações e problemas na extração de informações foi assumida pelo próprio CNJ, em estudo publicado em junho de 2018. No relatório “O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha”, o órgão considerou que a presença de feminicídios nos tribunais brasileiros pode ser subestimada, apontando para a dificuldade de estabelecer parâmetros.

‘Dados opacos’

O professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Julio Jacobo, responsável pelo Mapa da Violência, que em 2015 dedicou sua edição a dados sobre feminicídio, afirma que a compilação deficiente de informações é um impasse para pesquisadores e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de ações de enfrentamento à violência.

— Em geral, esses dados são difíceis de conseguir. Muitas vezes, órgãos do Poder Executivo, como ministérios, liberam as informações até quatro anos depois, e acabamos tendo acesso a dados anacrônicos. Os dados do Judiciário são ainda mais opacos. Por isso, quando observamos o problema, ele já passou. Quando identificamos focos de feminicídio quatro anos depois, ou ele se resolveu por si próprio ou se agravou — explica Jacobo.

A falta de políticas públicas para prevenir a violência, por sua vez, contribui diretamente para que o número de casos continue crescendo. Para a doutora em Estudos Internacionais com especialização em Estudo de Gênero Renata Avelar Giannini, ações para diminuir a escalada da violência contra a mulher devem envolver áreas diversas.

— O feminicídio é precedido por uma série de outras violências. Nesse sentido, não só a celeridade da concessão de medidas protetivas é fundamental como também o acompanhamento do caso depois de sua concessão — diz a pesquisadora do Instituto Igarapé,

mencionando ainda a importância da escola. — É fundamental que desde pequenos meninas e meninos cresçam em um ambiente em que se discuta violência contra mulher sem que isso seja um tabu. Uma política pública que aborde o tema deve ser multidimensional.

Giannini chama a atenção ainda para o fato de que, para muitos governos, a questão não é prioridade, sendo alvo de cortes em momentos de crise e de falta de estrutura para compilação de dados.

— Em termos de legislação, estamos relativamente bem, mas o problema é sua implementação. Precisamos fortalecer e melhorar essa rede de atenção a mulheres em situação de violência.

[No último sábado, uma reportagem do GLOBO mostrou que, nos primeiros 11 dias deste ano, 33 mulheres foram vítimas desse crime e 17 sobreviveram.](#) A média até agora é de cinco casos a cada 24 horas.

Paula Ferreira e Pedro Capetti - estagiário sob supervisão de Cristina Fibe

A imprensa não consegue chamar o feminicídio pelo que ele realmente é

Quem lê as manchetes pode pensar até que as mulheres morreram acidentalmente.

[\(BuzzFeed Brasil, 03/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

No mês passado (27), mais um caso no qual o marido assassinou a mulher saiu na imprensa com uma manchete que parecia estar falando de uma situação completamente diferente.

Mulher é morta e marido morre atropelado por caminhão na Grande Florianópolis

Segundo a polícia, suspeito matou mulher após briga e depois teria cometido suicídio.

Por G1 SC

27/11/2018 09h17 · Atualizado há 5 dias

A [taxa de feminicídios no Brasil](#) é a quinta maior do mundo - portanto, infelizmente, notícias de mulheres assassinadas pelos parceiros estão toda hora na mídia. Mas quem lê as manchetes talvez não perceba a dimensão do problema.

BRASIL

Homem ateia fogo na própria casa e mata esposa e a filha de 1 ano

Suspeito trancou com cadeado e incendiou o local com a mulher, a sogra e os quatro filhos dentro em Assis, no interior de São Paulo



Quem ler esta, por exemplo, pode pensar até que foi ACIDENTE.

Mulher é morta asfixiada após olhar celular do namorado, diz delegado na PB

Segundo Polícia Civil, casal brigou quando mulher viu contatos; corpo foi colocado em tonel e depois enterrado.

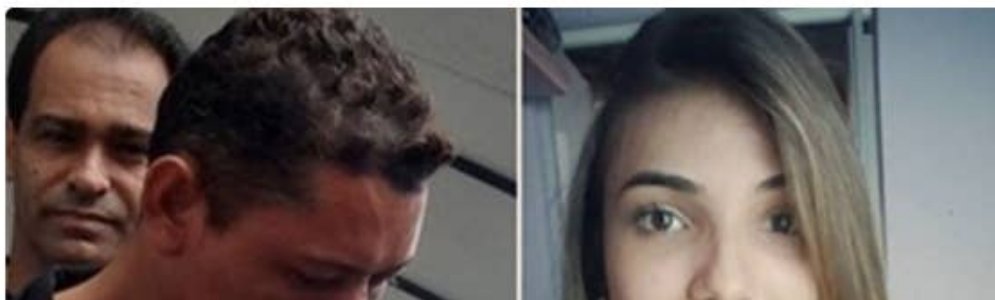
Por Artur Lira, G1 PB

Valéria foi asfixiada pelo namorado, que depois enterrou o corpo, após uma briga por ela ter olhado o celular dele.

Em cada manchete tem algo que tenta mascarar a natureza real desse crime. Por exemplo, o que a palavra “apaixonado” está fazendo aqui?

Padrasto apaixonado pela enteada estupra, mata e esconde corpo em canavial

ESCRITO POR: SITES DA WEB - POLÍCIA - 19 DE NOVEMBRO DE 2015



Ninguém estupra e mata “por amor”.

REPROVADO EM AMOR? A reportagem fala de um assassino que matou uma mulher. Amor não tem a ver com isso e piadas muito menos.

[View image on Twitter](#)



Mandis  @Amandhasenna_



Zapeando me deparo com esse título ridículo, romantizando Femicídio
"Reprovado na Matéria Amor" [#CidadeAlerta](#)

[6:38 PM - Nov 28, 2016](#)



[See Mandis](#)  ['s other Tweets](#)

[Twitter Ads info and privacy](#)

Mesmo quando o crime é reportado com clareza, as manchetes parecem ter receio de dizer que o assassino foi o parceiro amoroso da vítima.

Homem mata funcionária do Hospital das Clínicas a facadas

Autor do crime é um ex-cônjuge com quem ela conviveu por nove anos e de quem havia se separado; caso foi registrado como feminicídio

**Marco Antônio Carvalho - O
Estado de S.Paulo**

13 Junho 2018 | 17h22

Quem ler isso aqui vai achar que foi bala perdida: ela foi “atingida por um disparo no rosto” DISPARADO PELO NAMORADO.

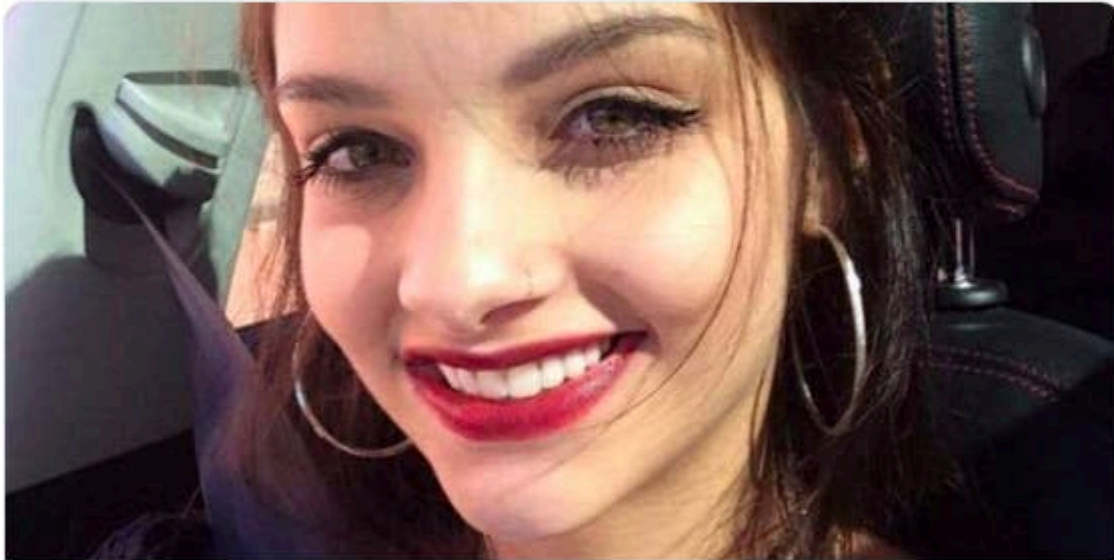


GaúchaZH 

@GauchaZH

Seguir

Jovem foi atingida por um disparo no rosto na casa em que vivia com o namorado na zona norte de Porto Alegre



"É difícil saber que nunca mais ela vai dizer 'tô indo aí'", lamenta mãe de jove...

Débora Forcolén, 18 anos, foi atingida por um disparo no rosto na casa em que vivia com o namorado, na zona norte de Porto Alegre

gauchazh.clicrbs.com.br

O homem pegou uma arma, apontou e atirou no rosto da própria namorada.

Esta manchete chama o feminicídio de "doença urbana" de tanto que é comum, mas comete a imensa mancada de chamar de "passionalismo", associando com paixão.

COMPORTAMENTO

Passionalismo, a nova doença urbana

Ao menor sinal de rejeição ou diante de um mero descontentamento, homens estão matando suas mulheres como nunca se viu no Brasil — e, em alguns casos, assassinam também os filhos e se suicidam



Aqui, parece que a moça terminou um namoro e depois aleatoriamente foi estrangulada.

[View image on Twitter](#)



O Globo_Rio

✓@OGlobo_Rio

Jovem morre estrangulada após término de relacionamento em Ramos
<http://glo.bo/29VEtDC>

14

9:06 AM - Jul 21, 2016 · Niterói, Brasil

E esta manchete chega a dizer que o assassino é o WhatsApp para não ter que dizer que um homem matou a própria namorada.



Diário Do Estado ▶ enquanto isso em
Caldas Novas...

23 min •



WhatsApp 'mata' Ex-dançarina do Aviões do Forró
A dançarina Ana Carolina Vieira, de 30 anos, foi...
diariodoestadogo.com.br

Por Susana Cristalli e Rafael Capanema, da equipe BuzzFeed, Brasil